

Lira: impor crescimento maior

por Sônia Jourdeni
de São Paulo

Paulo Lira, presidente do Banco Central de 1974 a 1979, afirmou na tarde de sexta-feira, em São Paulo, que o governo programou um choque monetário de "violência inusitada". Ele reconheceu que, na sua última reunião, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou o uso de todos os instrumentos de que se podem lançar mão no momento para atingir os objetivos combinados de frear a oferta de moeda e conter a inflação. Mas mostrou não acreditar que, até

o final do ano, a expansão da base monetária possa ser limitada aos 95% impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

E por entender que a economia só conseguirá crescer a taxas medíocres enquanto houver este constrangimento externo, esta pressão exercida de fora por banqueiros e pelo Fundo é que Paulo Lira voltou a defender o desengajamento temporário do País do mercado financeiro internacional. Falando a executivos financeiros da Corporação Bonfiglioli, o ex-presidente do BC tentou demonstrar que a dívida externa é "pagável" e que é possível articular este pagamento de forma compatível com o crescimento anual de 7% necessário para fazer frente ao aumento da população e ao ingresso de novos contingentes na força de trabalho.

CAPITALIZAÇÃO

Sua proposta, em resumo, é de que o Brasil se afaste do mercado financeiro por um período de cinco anos, durante os quais saldaria seus compromissos comerciais e, quanto aos financeiros, apenas os contraídos junto ao Banco Mundial e a organismos semelhantes. Os juros dos empréstimos concedidos pelos bancos privados seriam pagos a taxas de mercado, porém não em

"cash", afirmou Paulo Lira, explicando como: os vencimentos seriam capitalizados, incorporados ao principal da dívida durante os cinco anos de afastamento. De 1989 a 1993 as amortizações seriam pagas no valor constante de US\$ 9 bilhões.

O esquema proposto por Lira foi montado levando em conta uma taxa de juros de 15% ao ano, remuneração das reservas em 13% ao ano, crescimento médio anual de 18,4% nas exportações e aumento médio de 25,6% ao ano, até 1993, na transferência de recursos ao exterior.

PROJEÇÃO

Jogando com a capitalização dos vencimentos por cinco anos, com o uso de parte das reservas para o pagamento de juros e amortizações a partir de 1989, as projeções de Paulo Lira levam o País à seguinte posição em 1993: exportações de US\$ 114 bilhões; importações de US\$ 43 bilhões; transferência de recursos de US\$ 39 bilhões ao exterior; serviço da dívida (juros e amortizações) em US\$ 30 bilhões; reservas de US\$ 43 bilhões; e um saldo de débitos de US\$ 130 bilhões.

São várias as condicionantes, sendo uma delas a capacidade exportadora brasileira. Mas Lira vê aí o grande trunfo do País, pois

Possas defende solução global

Paulo José Possas, vice-presidente da Corporação Bonfiglioli, acredita que toda a discussão técnica e política desenvolvida em torno da crise de endividamento não resolverá aquele que, a seu ver, é o problema maior: a expectativa de risco que vem elevando cada vez mais as taxas de juros. Para ele, seria completa uma solução que envolvesse a desdolarização da economia mundial. Por isso, defende uma "nova Bretton Woods", para criar uma instituição forte, operando como um grande banco de desenvolvimento mundial e com moeda de lastro real. As dívidas poderiam ser pagas com essa moeda, de forma que ficaria eliminado o coeficiente de risco nascido da instabilidade provocada pela excessiva flutuação e paridade irrereal das unidades de troca.

era de apenas 7% a parcela do Produto Interno Bruto (PIB) vendida ao exterior em 1983. Ele acha que este percentual só pode aumentar, diante dos 15% do PIB que nossos parceiros endividados já conseguem colocar no mercado externo.